

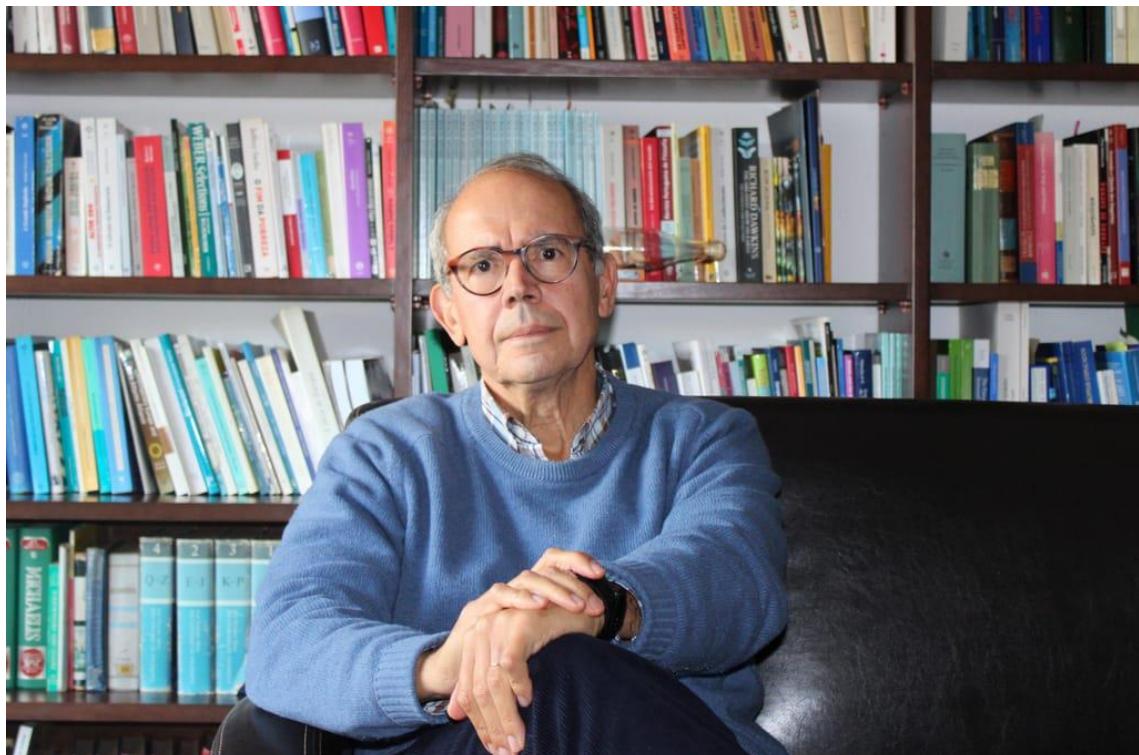
Viriato Soromenho-Marques entrevista à CNN: "Alguns deputados, quando falam em 'três Salazares', não sabem do que falam. É manipulação da memória"

ENTREVISTA, PARTE 2

<https://cnnportugal.iol.pt/viriato-soromenho-marques/filosofia/viriato-soromenho-marques-alguns-deputados-quando-falam-em-tres-salazares-nao-sabem-do-que-falam-e-manipulacao-da-memoria/20260105/6953d653d34e3caad84ced31>

Tiago Palma

05 01 2026 às 22:00



ENTREVISTA, PARTE 2 || Quando a conversa chega a Portugal, ao “nós” que há sem ser coisa identitária ou patriotismo bacoco, Viriato Soromenho-Marques fala-nos de instituições contaminadas, a tentação do “quanto é que vamos ganhar com isto”, e a facilidade com que empurramos a imigração para o lugar de “outros” — necessários no trabalho, suspeitos no discurso. Antes de deixar, no fim, um apelo à nossa responsabilidade: “Não devemos temer ficar sozinhos, ou com pouca companhia; a maioria nunca foi critério de ética, as leis éticas não se votam em eleições”

É ainda a mesma casa em Setúbal, o mesmo rumor doméstico, ainda com os livros a fazer de parede, a mesma sensação de que a conversa pode alongar-se sem pedir licença. Mas chegamos à segunda parte e ao fecho, onde o mapa encolhe e nem por isso o mundo nos sai de cena: a lente vira-se para dentro, do mapa do mundo para o mapa de “nós”. Não o “nós” como palavra de bandeira, mas o “nós” como pergunta prática, de pertença e com responsabilidade, onde cabem os vivos e “cabem também

os mortos”, e onde a história aparece menos como nostalgia do que como instrumento, como ferramenta de pensar o país.

O que o trouxe até aqui e o que pode perder, num tempo em que a política externa parece feita por reflexo, com diplomacia desperdiçada e um país a seguir “caninamente” o que vem de fora. E em que a política interna parece feita por oportunidade — oportunidade desperdiçada. O filósofo acusa os governos, todos, de terem deitado fora a capacidade de “navegar nesta crise” e de se terem esquecido de que a língua é uma “janela de liberdade”.

Fala-se de imigração ilegal “com cumplicidade” do Estado e de desigualdade como mecanismo que “põe pobres contra pobres”. E fala-se, por fim, da memória que guerreia consigo própria, da facilidade com que se fala do passado “sem memória”. Viriato Soromenho-Marques lança a farpa derradeira: “A história não vem em ‘pacotes de férias’. Não é ‘quero isto, não quero aquilo’. A história vem toda junta”. E deixa ainda um desejo, quase um método: “Se discutíssemos mais, sem as trincheiras, com as circunstâncias e com objetividade, talvez compreendêssemos melhor”.



"Se fizesse um exame de história de Portugal a alguns dos nossos governantes eles chumbariam no exame"

O professor ao longo da entrevista falou do “nós”. Eu pensei no “nós” português, não como coisa identitária, mas como pensar esse “nós”. Quando falamos em “nós”, quem é que se inclui e quem é que é periférico, quem é que fica sempre na periferia desse “nós”?

Esse “nós” pode parecer ingênuo, mas eu acredito que existe. É um “nós” real e ideal. Atual e possível. É um “nós” onde cabem os vivos e cabem também os mortos. Quando eu digo “nós”, penso: o que é que diriam os nossos antepassados? O que diria o Marquês de Pombal sobre o que estamos a fazer? O que diria D. João II? Nuno Álvares

Pereira, Afonso de Albuquerque, Vasco da Gama. O que diria D. Carlos I, que teve de enfrentar o ultimato e teve de enfrentar a fúria de republicanos que queria declarar guerra à Inglaterra e teve a coragem de dizer: não é possível, não podemos entrar em guerra com o nosso principal aliado.

E o que diriam, mais perto de nós, as figuras nucleares da democracia? Falou de Adriano Moreira, eu falaria de Mário Soares. E mais.

Exatamente. E, no presente, veja: entrámos em polémicas com o Lula da Silva. O que é que nós temos de estar a fazer em polémicas com um país fundamental para o nosso futuro? No limite, um país para onde poderíamos ir se as coisas se tornarem inabitáveis na Europa. E as coisas podem tornar-se inabitáveis na Europa. Se houver uma guerra nuclear aqui, isto torna-se inabitável. Portugal tem sítios para onde os portugueses podem ir, os que sobreviverem. Há outros países que não têm.

O “nós” é conhecimento e respeito pela nossa história, por tudo, de Afonso Henriques a Mário Soares. Tudo isso é a nossa história. Foram homens, fizeram coisas grandiosas e coisas negativas, mas deram-nos aquilo que somos hoje. A identidade. E a identidade é um projeto. O que é Portugal? Para mim, Portugal é um projeto: continuarmos o país que fomos.

E qual é o projeto hoje?

Ser yes-men [capachos] da NATO e yes-men da União Europeia. Parece que estes governos acham que o nosso projeto é irmos atrás, sermos o contínuo que abre a porta do Conselho Europeu e depois lê comunicados no fim. Mas o “nós” também são todas as pessoas que não nasceram portuguesas e vêm para aqui trabalhar, dar o seu contributo, querendo, em muitos casos, tornar-se cidadãos portugueses.

Mas essas são as pessoas que eu colocava na periferia. Estou errado?

Não está. E estão a ser tratadas na periferia. Estes governos fizeram uma coisa incrível: destruíram o SEF, complicaram a vida aos imigrantes, aumentaram o ruído. E agora fazem a corte à direita, à extrema-direita, sendo coniventes com sentimentos de xenofobia. E isto também tem a ver com duas faces da moeda na imigração. Por um lado, temos pessoas que validamente procuram melhores condições, como os nossos emigrantes fizeram. Os meus filhos não vivem em Portugal, trabalham no estrangeiro: são migrantes dentro da União Europeia. Essas pessoas que contribuem para a Segurança Social são maltratadas pelos serviços administrativos, que foram descapitalizados. O governo do PS alimentou a ficção de que tinha acabado a austeridade, quando a austeridade passou do bolso das pessoas para os serviços públicos: hospitais, polícias, escolas, tudo com cativações.

E depois temos imigração ilegal...

Que só pode existir com cumplicidade, ou, pelo menos, tolerância, do Estado. É uma espécie de escravatura.

Em alguns casos trata-se mesmo de escravatura do ponto de vista judicial.

É verdade. Somos coniventes com salários de escravo. E isso vai acabar com o trabalho rural português nas zonas agrícolas. No Alentejo, o assalariado rural é quase todo estrangeiro. E depois temos o governo e o Chega a dizer mentiras: que os imigrantes vivem de subsídios.

Mas isso é desmentido pelos dados da Segurança Social, por exemplo pelas contribuições.

Claro. Mas não há cartazes a dizer isso ao lado dos outros. Há interesse em semear confusão, clivagem. Enquanto os mais pobres apontarem o dedo aos mais pobres do que eles, o governo pode ter o desplante de querer rever a lei laboral numa altura em que nenhuma entidade patronal o pediu. Isto parece ser gente que vai para o governo em comissão de serviço. Vem “para fazer obra”. E uma obra que vai contra os interesses nacionais. Porque precisamos de um país mais justo, menos desigual.

Para ilustrar com dados: tenho aqui números dos Estados Unidos e de Portugal. Os de Portugal, são dados do Instituto Nacional de Estatística, trabalhados pela Fundação Francisco Manuel dos Santos. Nos Estados Unidos a desigualdade aumentou muito nos últimos 40 anos. Nos Estados Unidos, 1% detém 30,45% da riqueza nacional. Isto não é PIB, é riqueza nacional, ativos acumulados. Em Portugal, 1% detém 44,5%. Ou seja, aqui somos ainda mais desiguais do que os Estados Unidos. Se passarmos a 10%, nos Estados Unidos, os 10% mais ricos têm cerca de 67%; em Portugal, 60%. A maior diferença é nos 50% mais pobres: nos Estados Unidos, metade da população tem 2,5% da riqueza. Em Portugal, os 50% mais pobres têm 8,1%.

Porquê? Porque temos políticas sociais que evitam que muitas famílias caiam na pobreza. Não é consolador, mas é um facto que impede os extremos dos Estados Unidos. Porque nos Estados Unidos o neoliberalismo é puro e duro. Os pobres são *losers* [falhados]. Têm vergonha de si. A ideologia dominante é a ideologia da classe dominante, como dizia Marx.

A propósito destes números e deste discurso que coloca pobres contra pobres, ou miseráveis contra miseráveis, e do porquê de ele colar num país que, historicamente, é um país de emigração e que gosta de dizer de si próprio que é acolhedor. Curiosamente, quando o conflito se estende ao centro de saúde, ao bairro, à escola, esse acolhimento desaparece. A minha pergunta é muito concreta: porque é que esse discurso colhe mais do que nunca? Temos um líder que abana essa bandeira populista e tem 60 deputados no Parlamento. Porquê é que esse discurso contra a imigração colhe, quando é evidente que precisamos de imigrantes, idealmente qualificados, e que precisamos das contribuições deles? Será que somos assim tão de “brandos de costumes” como nos dizemos?

“Brandos de costumes” é um mito. Podemos não ter uma história tão cruel como outros povos, os povos do Cáucaso, por exemplo, mas isso também tem a ver com o facto de termos um vizinho que nos salvou muitas vezes: o Oceano Atlântico. Ou seja, nós temos uma boa vizinhança. Temos a Espanha e temos o Atlântico. A Espanha, até ao século XVIII, não foi grande companhia, era de lá que vinham os exércitos que nos invadiam, mas o Oceano foi sempre uma saída, uma janela de liberdade.

Em relação à crise que estamos a viver hoje, há vários fatores. Por um lado, temos uma degradação do Estado social. O Estado social é muito recente. Tivemos talvez um pico nos anos 90 e, desde aí, temos vindo a decair. E uma degradação em áreas-chave: educação, saúde, num país que está a envelhecer, e também um mercado de trabalho onde o desemprego pode ser relativamente baixo, mas os salários são muito baixos ainda. As pessoas trabalham muito, muitas vezes em mais do que um emprego, para assegurar a vida da família. Portanto, temos uma degradação dos serviços prestados pelo Estado social. Temos um aumento da taxa de esforço para manter o nível de vida. E temos degradação na habitação, e aí uma quase total ausência de políticas públicas.

Para tornar isto concreto: foi degradação ou deixou-se degradar?

Se fosse planeado, não corria tão bem. Eu imagino que não foi totalmente planeado, porque está a correr tão “bem”, no sentido destrutivo. Mas o resultado é o mesmo: tentar atrair capital estrangeiro, vistos *gold*, e depois a questão do Airbnb e da transformação da habitação em negócio. E há grande indústria também. E não temos política de habitação. Não temos. A Holanda, a Alemanha, ainda hoje têm cerca de 40%, por exemplo, de habitação construída pelo Estado. Nós entregámos tudo ao mercado e aos bancos.



Foto: Armando Franca/AP

Eu agora lembrei-me de Calvino por causa das cidades: “O homem que cavalga longamente por terrenos bravios sente o desejo de uma cidade”. Se pensarmos numa cidade que expulsa os seus, aqueles que nela nasceram, nela estudaram, nela trabalham, e se pensarmos na Grande Lisboa ou Grande Porto, o que é que uma cidade diz de si quando expulsou os seus?

Diz que há uma política falhada. Há uma política falhada.

Porque uma cidade também é identidade.

Uma cidade é uma micro-identidade. Uma cidade é um micro-país. Deve rimar com o país maior, mas tem uma alma própria: as cidades desenvolvem identidades. E a identidade, muitas vezes, é um fator de superação.

Mas voltando aos imigrantes: uma boa política migratória é uma política que não nega as identidades daqueles que chegaram, integra-as numa identidade comum que

estamos a construir. É interessante: os americanos fizeram isso bem em determinados períodos. Uma das coisas mais comoventes nos Estados Unidos era o momento em que imigrantes juravam a Constituição quando se tornavam cidadãos. É comovente. Fazem um exame escrito, um exame oral, sobre a Constituição e a história dos Estados Unidos. O momento em que juram a Constituição é um momento em que muita gente chora, há uma festa. Durante muito tempo, os americanos tiveram um patriotismo constitucional, uma coisa bonita.

O nosso patriotismo, às vezes, é mais “bacoco”?

É sim. Tenho um amigo meu italiano, colega, que agora é cidadão português. E o interesse que ele tem pela nossa história, o orgulho que tem por ser português, sabendo como o país está! Tenho outro amigo alemão, o Dirk Henrich, que fez uma tese de doutoramento cruzando pensamento alemão e pensamento português. Estas pessoas trazem sangue novo. Interpelam-nos e obrigam-nos a olhar para nós próprios de outra forma. Isso é um capital fantástico. Devíamos apoiar esse fenómeno de adesão ao nosso país.

Eu imagino: se eu fizesse um exame de história de Portugal a alguns dos nossos governantes, muitos reprovariam no exame. Tenho a certeza. E é importante conhecer a história de Portugal porque conhecer a história de Portugal é perceber como é que nós nos safámos em 1762 [Invasão Espanhola e Francesa a Portugal]. Bom, podemos ir mais longe: como é que conseguimos pôr a Segunda Dinastia, a Dinastia de Avis, no poder? A maior parte dos concelhos estava do lado de João I de Castela. O que é que se fez? Diplomacia, aliança inglesa, Direito, João das Regras, defesa, um génio militar como Nuno Álvares Pereira, mas também povo. E foi o melhor que nos aconteceu. Nunca mais tivemos um período tão “histórico” ou tão “universal”, usando uma expressão hegeliana, como o período de 1385 até 1550, 1560, quando as coisas começam a divergir.

E depois: o que é que fizemos em 1762? Tínhamos tido o terramoto em 1755. O Marquês de Pombal dedicou esses anos à reconstrução do país, não só de Lisboa; Setúbal foi destruída, o Algarve foi destruído. Tínhamos uma guerra no Brasil, tínhamos tensões de fronteira. E o que é que ele fez quando tivemos um exército de 50 mil homens franceses e espanhóis que entraram por Trás-os-Montes, em maio de 1762, para impor que Portugal aderisse ao bloqueio à Inglaterra?

Estratégia e diplomacia, mais uma vez.

Exatamente. Estratégia e diplomacia.

E no caso do terramoto trouxe-se também a academia e a ciência para a reconstrução.

Claro. Trouxe-se tudo: engenheiros militares, estrangeirados, muitos estrangeiros. E, na parte militar, Pombal acolheu o conde de Lippe, um prussiano que tinha lutado nas tropas de Frederico II. Ele fez a grande reforma das Forças Armadas portuguesas. O homem esteve cá dois anos, voltou depois por uns meses, e nunca deixou de escrever ao Marquês de Pombal. Criou uma escola militar na Prússia. Coisas praticadas aqui foram depois praticadas pelos alemães na resistência aos franceses em 1813, como as guerrilhas populares. Nós derrotámos franceses e espanhóis sem uma batalha central. Tínhamos um exército luso-britânico, mas evitou-se sempre a batalha central. Eles foram derrotados pelas guerrilhas que destruíam colunas de abastecimento e por aldeias que se revoltavam. Aí há pioneirismo.

"A nossa virtude é a modéstia e o nosso vício a inveja. A primeira defende-nos de nos embebedarmos de grandeza, o segundo tem-nos diminuído"

Tudo o que me está a dizer remete para uma palavra: memória. Memória histórica. Mas a memória também pode ser espada e pode ser parede. Dou-lhe um exemplo concreto: há poucos meses fiz uma reportagem na Estrada Nacional e uma paragem foi em Santa Comba Dão, no cemitério do Vimieiro. Diz-se que muita gente comum vai lá prestar homenagem a Salazar. Eu fui lá ver. E encontro o quê? Pessoas que sofreram, pela pobreza ou até pela tortura, na ditadura. Mas que o homenageiam ainda assim. Como é que um filósofo me ajuda a pensar isto? Porque é que há saudades de Salazar? E como é que se explica que a extrema-direita tenha 60 deputados no Parlamento?

E se eu lhe disser que esses deputados, quando falam em "três Salazares", não sabem do que falam? Não sabem do que falam. Mas isso também é memória: não saber do que se fala.

Ou talvez falta dela?

É manipulação da memória. Há uma frase atribuída a Agostinho da Silva, nunca vi essa atribuição ser recusada, que diz: "Portugal partiu a perna, Salazar foi o gesso, só que se esqueceram de tirar o gesso". [Risos] Nós temos de ter, em relação a Salazar, uma capacidade de distanciamento como temos em relação a líderes mais distantes. Estamos a falar de 40 anos de governação: de 1928 a 1968, com a centralidade dele a partir de 1932, porque antes era ministro das Finanças. E, por exemplo, para o caso que estamos a falar, de memória, a condução da política externa portuguesa durante a Segunda Guerra Mundial é, de facto, notável.

Está-me a falar de uma certa neutralidade?

Neutralidade, sim. A situação era muito complicada, e a nossa hoje também é complicada, mas foi agravada pela falta de juízo. Salazar tinha de enfrentar pelo menos duas coisas: uma Alemanha que começou a guerra vitoriosamente, e um vizinho espanhol que vinha de uma guerra civil, enfraquecido, mas que historicamente era visto como ameaça. No exame para general, Franco fez uma tese sobre a invasão de Portugal, uma estratégia de conquista de Lisboa.

Curiosamente, o Vox tem um discurso próximo disso. Já "anexou" Portugal em 2020...

Sim. Bom, Salazar era anticomunista, mas olhava para a Espanha com desconfiança. E, do ponto de vista do interesse português, a guerra civil espanhola foi "boa" porque enfraqueceu a Espanha. Salazar acabou por ser um conselheiro e negociador, também durante a Segunda Guerra. Ele tinha de gerir simpatias internas pelo fascismo e pelo nazismo, existiam, claro.

É o caso de Rolão Preto, por exemplo.

O Rolão Preto, que depois se tornou democrata, mas que era um tipo pró-nazi, com gente uniformizada nas suas fileiras. E tinha de gerir a Aliança Inglesa, que ele sempre respeitou. Depois, claro, os interesses do Império e, no limite, a NATO. Hoje podemos perguntar: qual é o sentido da NATO para um país que já não é imperial? Mas não vamos complicar. Estou a responder à sua pergunta sobre Salazar.

Sim, a pergunta era: como é que temos saudades disso? Porque foi um período de miséria, fome, atraso, baixa escolaridade, alta emigração. Mas parece-me que há gente com saudades disso.

Infelizmente, nós ainda não conseguimos fazer uma análise objetiva nem de Salazar, nem da Primeira República. Quando comemorámos os 100 anos da República, foi uma festa, mas a Primeira República teve violência, foi uma guerra civil de baixa intensidade permanente, e analfabetismo. Criaram-se mais liceus em Lisboa e Porto e o resto do país ficou praticamente igual. Em 1926 tínhamos 73% ou 74% de analfabetos; em 1974 tínhamos 30% ou 31%. O Estado Novo conseguiu reduzir, em média, cerca de 1% por ano. Não é brilhante, mas foi melhor do que a Primeira República.

Nós temos dificuldade em dizer duas coisas ao mesmo tempo. Sim, houve ditadura, claro que houve. Os principais intelectuais fugiram, ou ficaram em exílio interno. Sim, senhor. E ao mesmo tempo dizer: do ponto de vista da defesa do território, a política de neutralidade foi muito eficaz. Nós podíamos ter sido destruídos. Imagine que, num ímpeto, Portugal se punha ao lado dos nazis e dos italianos: o país tinha sido destruído. Imagine que fazíamos como fizemos na Primeira Guerra Mundial, entrar sem ser pedido, ao lado dos ingleses. Tínhamos sido “comidos” pelos alemães. É difícil dizer que alguém teria feito melhor em matéria de segurança externa durante a Segunda Guerra. E eu tenho de reconhecer isso, mesmo reconhecendo o resto. A história não vem em “pacotes de férias”: não é “eu não quero isto”, “eu quero isto”. Vem tudo junto.

Mas hoje, quem vende esse “pacote” vende-o sem memória.

E desconhece Salazar. Do ponto de vista psicológico, Salazar tinha traços depressivos. Detestava falar em público. Vemos os discursos: sempre agarrado ao papel. Não tinha a presença de Mussolini ou Hitler a falar para a ágora. Ele era cerebral. Não era um *condottiere*. Hitler ensaiava discursos ao espelho. Mussolini também. Salazar não.



Foto: Jean-Claude Francolon/Getty Images

Se discutíssemos mais, sem trincheiras, o que foi o Estado Novo, o que foi a Primeira República, as circunstâncias e os dados objetivos, talvez compreendêssemos melhor. O grande problema foi que não conseguimos uma transição como outros países: de um regime autoritário para uma democracia liberal, sem revolução. Eu tinha 16 anos em 1974, foi um tempo extraordinário da minha vida, fui um privilegiado, mas do ponto de vista do país isso teve um preço. Porque o regime cristalizou. E a principal causa da descolonização desastrada chama-se António de Oliveira Salazar e chama-se Marcelo Caetano. As Forças Armadas deram 13 anos a quem governava para encontrar uma solução política. E não encontraram. Podíamos ter hoje uma CPLP completamente diferente, relações económicas diferentes, poderíamos ter evitado pilhagens no processo de descolonização. Mas a história é o que é.

Deixe-me fazer-lhe duas perguntas “de fecho”. A primeira: qual é a virtude portuguesa que ainda hoje nos protege? E depois: qual é o vício português que nos mantém aquém, ou pequenos? Parecem opostas, mas podem até ser a mesma resposta.

São muito parecidas. Virtude: eu podia dizer que há uma certa modéstia, que depois é compensada por ciclos inversos de grandeza, mas que rapidamente se esfumam. Acho que temos uma certa modéstia por sermos um povo antigo. A modéstia é uma virtude. O excesso de modéstia já não é virtude.

Do que é que nos defende essa modéstia?

Defende-nos de nos embebedarmos de grandeza de forma estruturada e prolongada. Talvez nos defenda de empresas grandiosas demais para o nosso capital e recursos. Mas também se pode dizer o inverso: a modéstia pode impedir ousadia. E a modéstia pode levar-nos ao defeito, que é a inveja, a última palavra dos Lusíadas, e isso tem-nos diminuído, na medida em que nos leva a um ceticismo que afasta aqueles que nos poderiam liderar. Ser líder para fazer mudança em Portugal é muito difícil. Por isso temos tão poucos líderes. A inveja é humana, mas no nosso caso é ácida, eficaz.

E o vício...

O vício: eu punha a inveja claramente do lado do vício, uma coisa negativa.

Depois, há um traço que é ambivalente: somos um povo muito homogéneo culturalmente. Poucos povos o são tanto como o português. Talvez os noruegueses também. Mas a Noruega, do ponto de vista da história universal, é um detalhe. Portugal teve um papel na história universal. Os outros povos têm coisas que têm a ver connosco. Vamos à Ásia e apanhamos um banho de portugalidade, mais até do que na América. Japão, China, Vietname, Índia: Portugal lá está. Portugal fez diplomacia nesses países, inventou coisas, criou coisas. O peso da história, o facto de termos fronteiras estáveis desde Alcanizes, 1297, e de haver uma “hiperidentidade”, como dizia António Barreto: isso pode ser virtude porque permite, onde quer que estejamos, reconstituir o nosso cantinho.

Os emigrantes constituem associações, criam rapidamente comunidade, continuam a ser portugueses fora de Portugal. Às vezes até de forma excessiva. Uma vez, nos Açores, em 1999, conheci um açoriano que tinha vindo dos Estados Unidos. Ele disse-me que voltou porque estava fatigado da quantidade de cerimónias para celebrar que eram “portugueses”. “Eu sei fazer chouriço de sangue, sei fazer isto e aquilo. Cheguei aqui e ninguém sabe fazer isso. Mas lá celebravam tudo: o Dia de Portugal, o dia disto, o dia daquilo”. E ele disse: “Aqui estou mais descansado”.

Deixe-me fazer-lhe uma última pergunta. Falámos de conflitos sociais, conflitos políticos, conflitos bélicos, conflitos de memória. E há um conflito que me parece mais urgente do que todos esses em simultâneo: o conflito climático. Gostava de lhe perguntar se 2026 é um tempo de continuidade, e continuidade não é necessariamente bom, de rutura, ou de aceleração ainda maior desse conflito?

Eu fiz aqui uma recolha de discursos guerreiros no último mês e pouco por grandes responsáveis da União Europeia, desde políticos como o ministro da Defesa alemão, Boris Pistorius, até chefes militares. Coisas totalmente disparatadas. Porque estamos, no fundo, neste momento, a tentar fazer à Rússia isto: obrigá-la a escolher entre uma retirada humilhante ou uma guerra nuclear. O Tiago diz-me que é a coisa mais urgente. Eu acho que efetivamente temos ameaças existenciais. Não estou a dizer que são as únicas, mas são as que me parecem mais emergentes.

Eu uso uma metáfora médica: a guerra nuclear seria um ataque cardíaco; a crise global do ambiente e do clima é uma esclerose múltipla, significa degradação progressiva, mais difícil de combater. E pode ser irreversível, em alguns casos. E esta guerra, se houver, vai piorar a crise ambiental e climática: temos de ligar as duas coisas, porque estão relacionadas com a modernidade, com a utopia que se transformou em distopia, com a nossa relação de supremacia e poder, com tecnologia, armas, conhecimento.

Mas falemos de ambiente e clima. Assim como tratamos outros povos e sociedades, vencemos, escravizamos, submetemos, tratamos o planeta como se fosse um armazém de matérias-primas. E isto apesar de termos ciência mais aprofundada do que nunca. Hoje temos ciências do sistema Terra como não existiam há 40 anos. Temos métricas do que está a acontecer e dos nossos impactos. E portanto é um conflito connosco próprios. Se a guerra nuclear é um conflito “uns com os outros”, a raiz é a mesma: incapacidade de nos moderarmos.

A raiz é moral, ética.

Repare: o pensamento utópico, até Thomas More, até à revolução tecnológica, até ao século XVI, era fundamentalmente ético, educativo, jurídico, político. Platão, na República, já tem uma utopia, quando Sócrates diz que a cidade deve ser assim, governada desta maneira. Durante 2000 anos, no Ocidente, melhorar a sociedade era, sobretudo, melhorarmo-nos a nós próprios, pela palavra, educação, virtude. A partir do século XVI, com a revolução científica e as tecnologias, descobrimos o imenso poder que a nova ciência podia ter sobre a natureza. E então, em vez de nos mudarmos a nós, quisemos mudar o mundo para nosso proveito exclusivo, para satisfazer interesses e caprichos. E estamos presos nessa armadilha.

Mesmo na área ambiental, eu sou ecologista há cinco décadas, mas vejo muitos companheiros de causa que pensam que a crise climática e a biodiversidade se resolvem quando passarmos dos carros a combustível para carros elétricos. É uma fantasia. Um carro elétrico tem impacto ambiental. Como se tira o lítio? A produção das baterias, as fábricas. Um carro elétrico, quando chega às nossas mãos, tem muitas vezes mais impacto ambiental do que um carro a combustível que já tenha 10 anos de serviço. E precisa de estar 15 ou 20 anos connosco para a conta “equilibrar”.

Enquanto não compreendermos que temos de colocar a tecnologia ao serviço de uma reinvenção das relações: de nós connosco, da relação ética de uns com os outros, com o respeito pela natureza e todas as criaturas, envolvendo no centro também política e direito, estaremos no caminho errado.

E é um caminho de agravamento.

É um caminho de agravamento: 2026 vai ser, mesmo sem guerra, um ano de mais degradação na dimensão ambiental. E a União Europeia não vai fazer nada. A União Europeia foi durante muito tempo a única voz que dizia “temos de nos aproximar”. Lembra-se do grupo a que eu pertenci? Andámos a conversar com chineses, com indianos. Há uma história engracada: tivemos duas reuniões com a China, uma em Pequim e outra em França. Havia uma reunião União Europeia-China em Bordeaux, era Sarkozy Presidente. E o nosso grupo aproveitava isso para juntar as coisas. Entretanto, Sarkozy recebe o Dalai Lama, o que é uma provocação para a China. E cancelam a reunião. Eu tinha a mala quase feita e recebo uma comunicação de Bruxelas: “Fica tudo sem efeito”. No dia seguinte recebo outra: “Afinal, a reunião vai fazer-se, mas não em Bordeaux, em Paris, e vai fazer-se já”. Isto é fantástico. A China considerou que, no meio de tudo o que havia para discutir, a questão do clima era uma questão que não se podia adiar. E tivemos a reunião em Paris com os chineses.

Agora é mesmo para terminar. Eu queria pedir-lhe, não um conselho, mas uma instrução. Para 2026. Para que o vivêssemos com mais lucidez do que vivemos 2025. Que instrução lhe ocorreria?

Só posso fazer um apelo, mais do que dar um conselho ou uma instrução. O apelo é: acreditarmos em nós próprios. Ou seja, acreditarmos que o nosso papel pode ser relevante. Cada um de nós, nos nossos trabalhos, na nossa família, como cidadãos do nosso país, como membros da União Europeia, pode fazer alguma coisa. Ninguém sabe o que o futuro contém.

“I know not what tomorrow will bring”...

E dou-lhe o exemplo de um homem cuja fotografia que tenho pendurada ali no frigorífico, um militar da União Soviética chamado Stanislav Petrov. No dia 26 de setembro de 1983, foi chamado de urgência para substituir um colega adoecido. A missão era a de chefiar a equipa de um radar novo, um centro de vigilância contra eventuais bombardeamentos estratégicos com armas nucleares, dos Estados Unidos contra a União Soviética. Ele entra para um turno de 12 horas. E a certa altura toca o alarme. Ele olha para os monitores e vê uma indicação de trajetória que aparentava ser de um ICBM [mísseis balísticos intercontinentais], uma ogiva nuclear vinda dos Estados Unidos na direção da União Soviética. A equipa fica alarmada. Na altura as coisas estavam péssimas. A tensão era enorme. No dia 1 de setembro tinha sido abatido um avião coreano por um caça soviético. Um avião de passageiros com avarias no sistema de navegação e comunicações. Morreram todos. Isso criou uma tensão enorme.

Os subordinados disseram: “Temos de informar imediatamente para que a resposta seja dada”. E ele disse: “Não. Eu estou a comandar. Só fazem o que eu disser. Eu assumo a responsabilidade”.

O sistema era novo. E do ponto de vista militar, ele pensou: os Estados Unidos nunca nos atacariam apenas com poucos mísseis. Se quisessem atacar, atacariam em massa. Aquilo podia ser engano. Nos minutos seguintes aparecem ao todo, cinco trajetórias. Tinha gente “em cima” dele. E ele ripostou: “Não. Vamos esperar confirmação dos radares terrestres”.

Ele podia ter carregado no botão.

Sim. Podia ter sido o homem que iniciava o processo. E não carregou. E salvou o mundo: um indivíduo.

Não há muita gente de quem se diga “foi o homem que salvou a humanidade”.

Por ser competente. Por ter serenidade.

O que me está a dizer é que um homem sereno e capaz, numa pequena ação, pode ter um efeito incomensurável. E que, nas pequenas ações, na individualidade, na decisão racional, podemos fazer alguma coisa?

Exatamente. E quando eu digo “acreditarmos em nós” também significa: acreditarmos que, se fizermos uma inspeção cuidadosa de uma situação, se analisarmos os motivos de uma ação e estivermos em concordância com esses motivos, se considerarmos que analisámos com seriedade e chegámos a uma conclusão séria, então, independentemente de críticas, é uma conduta adequada a valores nossos, que são valores que podem revelar-se com um alcance universal.

E nós não devemos temer ficar sozinhos, ou com pouca companhia. A maioria nunca foi critério de moralidade e de ética. As leis éticas não se votam em eleições.

E, outra coisa: se acreditarmos que temos um papel, por pequeno que seja, e formos rigorosos e honestos connosco próprios, teremos condições para colaborar com os outros e sermos um fator positivo na relação com os outros. Sermos uma voz que contribui para que os outros também se sintam mais responsáveis, mais críticos. É isso.